



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO CIENCIAS HUMANAS, CAMPUS V**

GEISA FERREIRA DA SILVA

**TRABALHO E TRAGÉDIA: A FÁBRICA DE FOGOS EM SANTO ANTÔNIO DE
JESUS-BA**

SANTO ANTÔNIO DE JESUS- BA

2021

GEISA FERREIRA DA SILVA

**TRABALHO E TRAGÉDIA: A FÁBRICA DE FOGOS EM SANTO ANTÔNIO DE
JESUS-BA**

Trabalho de Conclusão do Curso de graduação em História, com licenciatura, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), apresentado como exigência para obtenção do título de graduada em História

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sara Oliveira Farias

SANTO ANTÔNIO DE JESUS- BA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Dados fornecidos pelo autor

S586t

Silva, Geisa Ferreira

Trabalho e tragédia: a fábrica de fogos em Santo Antônio de Jesus-BA / Geisa Ferreira Silva . – Santo Antônio de Jesus, 2021.

39 fls.

Orientador(a): Prof. Dra. Sara Oliveira

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Universidade do Estado da Bahia.
Departamento de Ciências Humanas, *Campus V*. Colegiado de História. Santo Antônio de Jesus, 2021.

Inclui Referências.

1. História Regional. 2. Fábrica de Fogos. 3. Tragédia - Impacto Socioeconômico - Santo Antônio de Jesus. I. Oliveira, Sara. II.Titulo. III. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas.

CDD 980

BANCA EXAMINADORA:



Prof.^a Dr. Sara Oliveira Farias (UNEB)
Orientadora



Prof.^o Me. Augusto César M. Moutinho (UNEB)
Membro titular



Prof.^a Dr. Nancy Rita Sento Sé de Assis (UNEB)
Membro Titular

SANTO ANTÔNIO DE JESUS- BA

2021

AGRADECIMENTOS

Sempre acreditei que o agradecimento é a forma mais humilde de dizer o quanto as pessoas e o meio contribuem para a nossa construção. Algumas pessoas permanecem, outras seguem caminhos diferentes, mas sempre deixam de forma significativa sua ajuda. A caminhada até aqui foi árdua e cheia de aprendizados, não só acadêmicos, mas conhecimentos sobre índole, caráter, companheirismo, empatia e sobre não desistir no meio do caminho, ser persistente e otimista, acreditar que no final as coisas sempre se ajeitam. E é assim que deixo minha imensa gratidão a todos que contribuíram para que eu chegasse até aqui, sabendo que apesar de muito aprendizado, isso só é o começo.

Antes de mais nada venho agradecer a Deus, por ser meu grande guia. Ele que sempre me acolheu com seu amor, e foi sempre tão bondoso comigo, me dando o discernimento para sempre fazer as escolhas certas, me dando forças para sempre enfrentar os dias ruins, não me deixando faltar nada e sempre me amparando quando eu achava que algo não teria solução. Gratidão meu Deus.

A minha mãe, lara, minha grande inspiração de força e garra, ela que sempre me ensinou a fazer as escolhas certas, me ensinou o verdadeiro significado de caráter, derramou muitas gotas de suor e lágrimas para que nunca me faltasse nada. Gratidão minha, eu nem sei se sou tão digna assim de receber o que você faz por mim, por ser prioridade em suas orações e na sua vida. Sou o que sou hoje, e devo muito a você.

A minha irmã, Jessica, por ser a melhor irmã que eu poderia ter. Obrigada por toda força, companheirismo e lealdade, grata por sempre me alertar e me direcionar quando algo estava fora do controle, sei que eu devo muito a você por ser quem eu sou hoje.

Ao meu namorado, Thiago, por todo apoio, obrigada por entrar na minha vida e sempre me direcionar para o bem, por me incentivar a ser sempre alguém melhor, e por ser uma inspiração para mim.

Aos meus amigos da UNEB e da vida, Diego e Joci, sou grata por ter encontrado vocês na minha jornada universitária, e por vocês terem escolhido levar

esse laço além dos muros da UNEB, obrigada por todo apoio, sei que sem vocês teria sido muito difícil.

As minhas amigas, Edheize, Diana, obrigada por serem amigas tão leais, e nunca deixarem morrer o amor que temos uma pela outra, por estarem perto mesmo estando distantes, e me ensinarem o verdadeiro significado de amizade para a vida toda.

E por fim, deixo minha gratidão a minha orientadora, Sara Farias, pela forma tranquila que conduziu toda a construção deste projeto, me dando o suporte acadêmico e pessoal, com muita excelência.

RESUMO

O presente trabalho se propõe a analisar a tragédia de 11 de dezembro de 1998, em Santo Antônio de Jesus, identificando seus impactos e mudanças pós tragédia. Dentre esses aspectos me proponho realizar uma análise a partir da dimensão socioeconômica do local onde ocorreu, os quais nitidamente são agente indicadores. Desigualdades sociais e econômicas, problemas de infraestrutura e vulnerabilidade social são aspectos que caracterizam a periferia da cidade de Santo Antônio de Jesus, principalmente o bairro onde a maioria das vítimas residiam. As atividades com a produção de fogos eram a principal possibilidade de renda real para a população mais carente, tendo em vista, que as crises econômicas do território refletem no crescimento da cidade, conseqüentemente, os problemas de desigualdades sociais estão adjuntos, afetando os indivíduos mais vulneráveis. A partir disso, utilizo como principal metodologia na construção da pesquisa as fontes orais, as quais são obtidas, exclusivamente, por entrevistas com os sujeitos que estiveram imersos na maior tragédia da região, tendo uma proporção mundial. Além disso, foram realizadas pesquisas bibliográficas e a utilização de fontes jornalísticas, as quais são instrumentos cruciais para se compreender toda a configuração da produção de fogos, os antecedentes, agentes causadores e o pós tragédia. Desse modo, por meio da pesquisa, descortinado um mundo do trabalho clandestino, um sistema trabalhista cruel, sem condições favoráveis de trabalho, causador de uma grande tragédia, e uma relação de exploração desumana, na tentativa de preencher lacunas existentes na história de Santo Antônio de Jesus.

Palavras-chave: Fábrica de fogos; Tragédia; História, Impacto.

ABSTRACT:

The present work proposes the tragedy of December 11, 1998, in Santo Antônio de Jesus, identifying its impacts and post-tragedy changes. Among these aspects, I propose to carry out an analysis based on the socioeconomic dimension of the place where it occurred, which are clearly indicator agents. Social and economic inequalities, infrastructure problems and social vulnerability are aspects that characterize the outskirts of the city of Santo Antônio de Jesus, especially the neighborhood where the tragedy occurred. The activities with the production of fires were the main possibility of real income for the most needy population, considering that the economic crises of the territory reflect in the growth of the city, consequently, the problems of social inequalities are attached, affecting the most vulnerable individuals. From this, I use oral sources as the main methodology in the construction of the research, which are obtained exclusively by interviews with the subjects who were immersed in the greatest tragedy in the region, having a worldwide proportion. In addition, bibliographic research and the use of journalistic sources were carried out, which are crucial instruments to understand the entire configuration of the production of fires, the background, causative agents and the post-tragedy. Thus, through research, a world of clandestine work was revealed, a cruel labor system, without favorable working conditions, which caused a great tragedy, and a relationship of inhuman exploitation, in an attempt to fill gaps in the history of Santo Antonio Of Jesus.

Key-words: Factory of fires; Tragedy; History; Impact.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 HISTÓRICO DA PRODUÇÃO DE FOGOS EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS BA	17
2 A TRAGÉDIA E A DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	22
3 IMPACTOS E MUDANÇAS PÓS TRAGÉDIA.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
ENTREVISTAS	38
REFERÊNCIAS.....	39

INTRODUÇÃO

A pesquisa foi construída através do planejamento da coleta de informações, contemplando questões que atingissem os objetivos pretendidos de investigar a tragédia de 11 de dezembro e remontar sua história em uma adequação da sequência de perguntas, sendo elaborado um roteiro semiestruturado da entrevista. Foram realizadas quatro entrevistas, sendo três anônimas, ex-fogueteira de 57 anos, uma trabalhadora de 32 e outra de 38 anos, além da entrevista com o senhor Jailton de Jesus, irmão de uma das vítimas da explosão, ambos foram escolhidos para entrevista pois além de estarem envolvidos na tragédia, carregam consigo memórias de uma das maiores tragédias brasileiras. Estas foram realizadas por chamada de vídeo pelo aplicativo *whatsApp*, devido a pandemia causada pelo coronavírus, altamente contagioso que não me possibilitou ter o contato físico com o entrevistado no intuito de transmitir conforto e confiança para o compartilhamento de suas narrativas. A entrevista no contexto da pesquisa foi pensada como uma metodologia com objetivo de através dos relatos orais de memória, construir a fonte histórica.

Na manhã do dia 11 de dezembro de 1998 ocorreu uma explosão em uma das fábricas clandestinas de fogos de artifício, situada na localidade de Juerana, no município baiano de Santo Antônio de Jesus-BA. O acidente teve como consequência a morte de adultos e crianças, totalizando 64 pessoas, a maioria composta por mulheres. A tragédia deflagrou um mundo de trabalho oculto ou mesmo invisível para muitos na cidade. Este acontecimento, ao desnudar um cenário clandestino, deflagrou a realidade camuflada da indústria de fogos no território e mostrou a fronteira tênue entre a legalidade, a clandestinidade e a informalidade na produção de fogos de artifício no município.

A história tem como objeto o passado e, quando analisado o faz no presente, nesse sentido está sempre disposta a analisar a verdadeira semelhança dos fatos sabendo que não existe verdade absoluta. O historiador tem desde então, um papel social e a função de analisar os fatos e produzir conhecimento. Decifrar enigmas do passado, a conduta humana, explicar porque é que determinados fatos aconteceram numa determinada época, determinar quais as nossas origens, o nosso passado, quais as repercussões que este tem no presente ou as possíveis influências no futuro.

O historiador escreve a partir de inquietações, produz seu ofício em uma atividade eminentemente política. Desse modo, o presente texto é fruto de

inquietações que ocorreram a partir da tragédia de 11 de dezembro de 1998, em Santo Antônio de Jesus BA, me despertaram algumas questões, como por exemplo, tentar entender como os familiares e sobreviventes conseguiram se restabelecer, e se eles realmente conseguiram se restabelecer em quais condições estão inseridos, quais os impactos dessa tragédia para o bairro e a cidade de Santo Antônio de Jesus, quais as memórias dos sobreviventes e envolvidos em relação a tragédia, qual o perfil das pessoas envolvidas, e quais as condições sociais que essas pessoas são submetidas.

Como a grande maioria dos cidadãos da região foi também atingida emocionalmente por essa tragédia, e, como pesquisadora, sempre questioneei a situação que vivia grande número de famílias. A partir disso é perceptível observar que o município de Santo Antônio de Jesus tem como uma de suas atividades econômicas a produção de fogos de artifício, em sua maioria, realizada de forma clandestina, informal e precária.

Um país onde milhares de famílias vivem em condições tão precárias, onde crianças não possuem o direito de estar nas escolas pois precisam ajudar no sustento da família que assegure o direito à vida, não seria difícil entender o porquê de tantas crianças terem se submetido a tamanho risco e seus familiares consentirem este acontecimento. No local não foram encontrados jovens com boas condições financeiras, os mesmos nada entendem sobre fome, pobreza, miséria. Era nítido a presença de moradores do Mutum, hoje denominado Irmã Dulce, pessoas do bairro São Paulo e Rádio Clube, bairros estes que até a atualidade são nitidamente carentes, e visivelmente desigual socialmente. As pessoas que estavam presentes na tragédia, tinham a consciência de que precisavam lutar contra as condições terríveis de trabalho, tinham consciência que a fome, a miséria e a falta de emprego, entre outros agentes agravavam a vida no bairro, e estes foram os motivos pelos quais havia submissão das vítimas aos deploráveis salários recebidos para executar um ardoroso e perigoso trabalho.

O caminho pelo qual pretendo enveredar para compreender se essas famílias e pessoas envolvidas na tragédia conseguiram se restabelecer após o ocorrido, e se conseguiram, como ocorreu e a partir daí dialogar sobre a memória do bairro, e dos sobreviventes, observando a qualidade de vida após a tragédia e identificando se há assistência social para os sobreviventes, se enquadra na forma metodológica utilizada

pelos historiadores do campo da História Social e a nossa abordagem se estabelece entre o campo da História Social regional e local.

Após a delimitação do tema, espaço e tempo tenho como base algumas teses, monografias, dissertação e notícias, retiradas de alguns jornais para o devido aprofundamento da pesquisa. Utilizo como inspiração teórica, obras que discorrem sobre a História Oral, de Paul Thompson (1992), Ludke e André (1986), Alessandro Portelli (1997), Etienne François (1987) Marieta de Moraes (1948), Verena Alberti (1960), relacionadas ao acontecimento histórico ocorrido na cidade de Santo Antônio de Jesus, de cunho metodológico e referências bibliográficas. Uso como cunho metodológico as obras, O que faz a história oral diferente, de Alessandro Portelli, A voz do passado: história oral de Paul Thompson, História e Memória de Jacques Le Goff, O Narrador de Walter Benjamin, A fecundidade da história oral de Etienne François, Usos & Abusos da história oral de Marieta de Moraes, Manual de história oral de Verena Alberti, que engajem entre si, e na temática proposta, para estruturar o artigo.

As narrativas dialogam com as concepções de Walter Benjamin para pensar a forma de narração da comunidade. Pode-se pensar que tanto nos pressupostos abaixo de Benjamin, quanto nas duas falas aqui apresentadas, a questão da sensibilidade é necessária, pois surge na vivência, no conhecer. Para o autor:

Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido. Quando o ritmo do trabalho se apodera dele, ele escuta as histórias de tal maneira que adquire espontaneamente o dom de narrá-las. Assim se teceu a rede em que está guardado o dom narrativo. O ato de narrar, contar uma história é como o labor de um artesão. O grande narrador tem sempre suas raízes no povo. (BENJAMIM, 1994, p. 9).

Nessa perspectiva, a imersão na comunidade me permitiu observar a visão desses grupos sobre a memória, sua importância e o modo de preservar a história. Assim, para refletir sobre a relação entre as práticas culturais e de como estas se formam no seio da sociedade e disseminam para os sujeitos do grupo, não podemos deixar de sinalizar sobre a importância da memória. Para tanto, ao direcionarmos nossos olhares para as concepções de memória de Jacques Le Goff, temos que: “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode

atualizar impressões ou informações passadas ou que ele representa como passadas.” (LE GOFF, 2013 p.387).

Em síntese, os trabalhos acima discutidos dialogam com o conceito de discursos e nos ajudam na compreensão das imagens que se construíram historicamente sobre a conservação da memória da tragédia, bem como nos espaços da cidade de Santo Antônio em que ela ocorre. A partir de tal abordagem metodológica, infere-se que os discursos, além de descrever uma determinada prática assim como de um local, também produz disposições sobre as condições socioeconômicas, as quais sobre os sujeitos são submetidos proporcionando a busca por condições de trabalho deploráveis.

Serão utilizadas fontes orais como metodologia de pesquisa. Desse modo a fonte oral possibilita a construção de um discurso de análise histórica mais amplo e completo, permitindo interpretações diferentes da História tradicional, acrescentando novos sujeitos, buscando resultados críticos de uma nova abordagem que propicia evidências vinda de uma nova direção, alterando o enfoque da história e revelando novos campos de investigação:

A história oral, ao contrário, torna possível um julgamento muito mais imparcial: as testemunhas podem, agora, ser convocadas também de entre as classes subalternas, os desprivilegiados e derrotados. Isso propicia uma reconstrução mais realista e mais imparcial do passado, uma contestação ao relato tido como verdadeiro. Ao fazê-lo, a história oral tem o compromisso radical em favor da mensagem social da história como um todo. (THOMPSON, 1992, p. 26).

Como nos ensina Thompson (1992: 45), a história oral é tão antiga quanto a própria história. O autor sustenta que, em meados do século XIX, Jules Michelet, ao escrever a sua História da Revolução Francesa, certamente baseara-se tão somente em uma das inúmeras fontes a respeito da Revolução - a sua própria memória.

Para Verena Alberti, a História Oral busca atender a um objetivo utilitário, por isso ela é de ordem prática e imediata, os acontecimentos são digeridos ainda mornos ou até muito quentes, mas são as propostas de nossas pesquisas que poderão fornecer a temperatura do material colhido em nossas entrevistas, daí a importância de enfatizarmos o papel fundamental que o caderno de campo desempenha para os que se engajam numa pesquisa com História Oral.

Sendo um método de pesquisa, a história oral não é um fim em si mesma, e sim um meio de conhecimento. Seu emprego só se justifica no contexto de uma investigação científica, o que se pressupõe sua articulação com um projeto de pesquisa previamente definido. Assim, antes mesmo de se pensar em história oral, é preciso haver questões, perguntas, que justifiquem o desenvolvimento de uma investigação. (ALBERTI, 2005, p.29).

De acordo com Etienne François e Marieta de Moraes, durante muito tempo a História Oral esteve à margem do que se entende por método histórico, os registros de memórias colhidas e transcritas não era considerado com valor documental. A herança deixada pelo positivismo ainda é muito forte na academia, ainda vivemos numa sociedade da escrita, são os registros que ficaram em forma de escritura que realmente são valorizados, mesmo sabendo que eles também não detém uma verdade absoluta sobre o passado e que devem ser questionados e problematizados assim como os depoimentos colhidos pelo método oral, ainda assim, são bem mais aceitos na academia, embora esta postura já tenha melhorado e mudado muito. E neste campo de ação que merece nossa atenção as discussões que cercam a relação entre história e memória, sua fecundidade, suas preocupações e produtividade para o campo da história.

Etienne François (1987) analisa o papel e o status da história oral dentro da pesquisa histórica, apresenta dois argumentos em forma de programa que defende a “nova corrente histórica”, uma história que rompe tanto em seus objetos quanto em sua prática, a autora faz referência ao movimento dos Annales, para justificar essa pretensão, primeiramente François evidencia seus objetos, pois permite nos atentarmos para os sujeitos ditos “dominados”, aos silenciados e aos excluídos da histórias (mulheres, proletários, marginais e etc.) e também para uma História Local. O trabalho com fontes orais possibilitou trazer à História, como sujeitos e/ou testemunhos aqueles que, de certa forma, foram excluídos e colocados no anonimato, sem direito à memória, comum no paradigma tradicional ou marxista. A entrevista se configura como principal instrumento (ou técnica) do método de história oral.

De acordo com Thompson (1992), mais do que uma evidência escrita, a gravação é um registro mais autêntico e genuíno, permitindo uma multiplicidade de narrativas espontâneas, onde se pode depreender com maior clareza, as mais sutis

manifestações de sentimentos diversos de frustração, de hesitação ou até mesmo de disfarce, dissimulação ou de ironia.

A autora Verena Alberti, ainda chama a atenção a um equívoco que, segundo ela, é muito comum e convém evitar: pensar que a entrevista já é a própria história. O pesquisador deve interpretar e analisar a entrevista como fonte, uma fonte oral. Para facilitar esse trabalho, orienta-se a transcrição das entrevistas. Estando na forma de texto, deve-se analisar a fonte oral como qualquer documento, fazendo perguntas e verificando como se pode usufruir dessa fonte, tirando dela as evidências e os elementos que contribuirão para resolver o problema de pesquisa.

Desse modo, o historiador Thompson (1992) aborda a importância do estudo da história oral nas produções historiográficas, as quais procuram evidenciar um alargamento nos estudos do campo da História, assim contestando alguns dos pressupostos dos historiadores e julgamentos por eles aceitos, considerando grupos importantes de pessoas que haviam estados historicamente ignorados. Thompson afirma que dá-se início a um processo cumulativo de transformação “amplia-se e se enriquece o próprio campo de ação da produção histórica e, ao mesmo tempo, sua mensagem social se modifica. Para ser claro, a história se torna mais democrática” (THOMPSON, 1992, p. 28).

Alessandro Portelli, em seus estudos enfatiza sobre a historicidade da memória. Sua atenção voltava-se para as construções criadas a partir da memória desses pequenos homens. Para ele, “a história oral nos conta menos sobre eventos do que sobre significados: [...] entrevistas revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas” (PORTELLI, 1997 p.31).

Nessa perspectiva, a História Oral é um instrumento que permite uma abordagem colaborativa na visibilidade e na criação de vínculo entre uma comunidade. Por meio da história oral, a comunidade pode, e deve, merecer confiança pra escrever a própria história, permitindo que o entrevistado rememore as suas narrativas, compondo uma gama de material para conhecimento, permitindo aos estudiosos a análise de um determinado processo social do presente, também dá sentido às suas vivências, de forma a interpretar o passado pelo presente, conforme sinaliza Thompson na seguinte passagem: “a possibilidade de utilizar a história oral para finalidades sociais e pessoais construtivas, esse tipo vem de natureza intrínseca

da abordagem oral. Ela trata de vidas individuais, e todas as vidas são interessantes.” (THOMPSON, 1992, p.41).

Com o suporte metodológico da História Oral e a teoria da memória, analiso as narrativas dos sujeitos que compõem a memória sobre o 11 de dezembro, até então silenciadas pela historiografia local. Nesse sentido, selecionei o depoimento de Jailton de Jesus Santos, irmão de umas das vítimas da tragédia, Silvana De Jesus Santos, e ex trabalhador da fábrica, mulheres que trabalham confeccionando estalo de salão/traque no Bairros Irmã Dulce e São Paulo, funcionária da creche 11 de dezembro, Fábio M. Quadros, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Fogos de Artifício de Santo Antônio de Jesus/BA, e Ailton J. Santos, Coordenador do Polo Sindical. Nesse sentido, o trabalho contribui não apenas na investigação do impacto da tragédia, mas também perpetua toda a memória do fato histórico, como um processo de interferência na vida da maioria dos moradores da cidade, que impactou não somente a vida dos envolvidos mas também na conjuntura social e econômica da região.

A realização desse trabalho partiu de uma perspectiva investigativa, tendo a História Oral como metodologia. O objetivo é compreender os acontecimentos através das narrativas, estudando as particularidades e experiências individuais. Ludke e André (1986) apontam que a metodologia possibilita um melhor aprofundamento na análise crítica dos elementos que compõem o cotidiano. Assim foi utilizado um roteiro de perguntas semiestruturado. Para os pesquisadores que problematizam a questão metodológica da pesquisa, Lüdke e André (1986, p. 34), “a vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela nos permite a captação imediata da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”.

Desse modo, de acordo com os autores, a entrevista semiestruturada é um instrumento flexível, esse dispositivo nos permite a atingir o ponto que pretendemos alcançar nas entrevistas, no ato da entrevista, o pesquisador realiza “correções necessárias solicitando esclarecimentos e adaptações que a tornam sobremaneira eficaz na obtenção das informações” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 34). Dessa forma, recorro aos autores Manzini (1990/1991) e Triviños (1987) que definem e caracterizam a estrutura de uma entrevista semi-estruturada. Para Manzini (1990/1991, p. 154), a entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual

confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. De acordo com o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

De acordo com, Triviños (1987, p. 146) a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semi-estruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

1 HISTÓRICO DA PRODUÇÃO DE FOGOS EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS BA

Quanto à origem e temporalidade da atividade fogueteira no município de Santo Antônio de Jesus, fogueteiros (produtores, trabalhadores) asseguram que o ofício vem de longa data e que segue uma certa “tradição familiar”, desde final do século XIX e início do século XX, com desenvolvimento da cidade na parte industrial e, finalmente, comercial.

As variantes temporais, do processo de ocupação histórica, constituíram o Recôncavo como território de produção e grandes riquezas, com especificidades e singularidades, conferindo multiterritorialidades com diferentes formas de sobrevivência. As atividades agrícolas, artesanais, industriais, comerciais e culturais traduzem vários Recôncavos, que animam o território e lhes demandam distintas dinâmicas socioespaciais. Em relação à produção econômica do Recôncavo, essa ocorre concomitantemente à produção do espaço baiano, em que o capital cria e recria territórios (os quais apresentam padrões e dinâmicas territoriais em virtude de suas produções econômicas) com rapidez e com vistas à transformação de áreas em mercadorias a serem consumidas. Ao longo do processo histórico tornou-se fácil notar momentos de apogeu e de decadência de territórios, resultantes das características implementadas pelas atividades econômicas.

A configuração socioespacial do território do Recôncavo foi produzida historicamente pelas dinâmicas da produção dos ciclos econômicos e da reprodução do capital, que evidenciaram diferenciações funcionais nesse território. Estas dinâmicas fizeram emergir demandas provenientes da articulação entre fixos e fluxos em nível regional, nacional e internacional (BOMFIM, 2006). Do período do ciclo do açúcar aos dias atuais, passando pelo ciclo do petróleo, o Recôncavo reflete, em suas cidades, marcas socioterritoriais dos diversos momentos da ocupação, urbanização e industrialização, provocadas por ações e alterações socioeconômicas, fossem por políticas estaduais ou nacionais (PEDRÃO, 2007). Desse modo, em cada fase econômica atrelado ao processo histórico, cidades emergem, destacando-se como polo regional ou centro regional, com relevâncias peculiares, atreladas à produção de mercadorias, derivadas da reprodução do capital.

A partir do colapso da economia açucareira, as cidades de Nazaré, Santo Amaro e Cachoeira perderam o poder econômico no território, pois, com o início do ciclo agroindustrial de fumo e, posteriormente, de cítricos, a cidade de Cruz das Almas surge como polo regional. Logo após, no final da década de 1950, com o descobrimento do petróleo no Recôncavo, destacou-se a cidade de São Francisco do Conde. O que se notou foi a concentração e fluxos em determinadas localidades, sem a necessária criação de políticas socioeconômicas, a instalação e a implementação de equipamentos designados para desenvolvimento socioespacial mais abrangente (PEDRÃO, 2007; RAMOS, 1990). Desse modo, Pedrão (2007) define o Recôncavo, majoritariamente, como um bolsão de estagnação econômica, de profunda desigualdade e pobreza crítica. A herança do sistema mercantil-escravista prolongou-se por fases de produção agrícola, num esquema bastante rudimentar e artesanal, predominantemente com mão de obra não qualificada.

Para que a pobreza prevaleça é necessário ser compreendido quando estabelecido o espaço-tempo da história na formação da região. Até mesmo com a modernização do território, e a partir da instalação de infraestruturas, tecnologias e redes técnicas modernas, pode-se constatar que o quadro socioeconômico não cresceu na mesma proporção, deixando no território resquícios do sistema colonial tanto nas decisões econômicas e de poder quanto nas relações de trabalho (PEDRÃO, 2007). O Recôncavo onde situa-se a região de Santo Antônio de Jesus, deve ser compreendido como um território marcado por grandes diferenças sub-regionais, apresentando-se com intensa complementariedade econômica, diversidade e continuidade cultural, decorrentes das implicações do passado colonial. Tais aspectos lhe conferem características diferenciadas.

A partir disso faz-se entender que o crescimento da população em Santo Antônio de Jesus é consequência de diversos fatores, como a constituição de serviços na área de saúde e o comércio. Dessa forma, o crescimento populacional da cidade tem alguns aspectos negativos, sendo um deles o aumento da mão-de-obra excedente que alimenta o mundo do trabalho informal.

Em decorrência do seu histórico, o cenário socioeconômico, a dinâmica territorial e as relações com a atividade de produção de fogos de artifício de Santo Antônio de Jesus podem ser explicadas pelo cenário de cada época, ou seja para tal fim, foram verificadas as atividades socioespaciais, em períodos distintos,

entendendo-se que cada período revela a dinamicidade do território, suas características econômicas, sociais, políticas, tecnológicas e ambientais e que essas, não só se traduzem em rede, quanto revelam as inovações técnicas materializadas. A economia do município foi até antes da década de 1970, baseada em atividades agrominerais, porém a reestruturação e construção de rodovias ativaram as atividades secundária e terciária, especialmente o comércio e os serviços, que se intensificaram na década de 1980 e no final da década de 1990, respectivamente. As inovações criaram novos arranjos espaciais e, conseqüentemente, novas territorialidades que se traduziram e se firmaram nesse espaço, tendo como aspecto central, a atividade de produção de fogos de artifício.

Assim, a oferta de emprego seja na área do comércio, de serviços ou na indústria, ofertados na cidade não é suficiente para atender à demanda da população, o que produz um excesso de mão de obra desqualificada e barata, especialmente, nos bairros periféricos, como Irmã Dulce e o bairro São Paulo. Ou seja, nesse caso, ocorre a concentração de um contingente populacional sem qualificação para ocupar determinados cargos, fortalecendo o trabalho informal. Por sua vez, as políticas públicas de inclusão social são escassas, contribuindo para a formação do trabalho precário. Desse modo, é sabido que a população deve ter acesso a trabalho digno, conforme define a OIT (Organização Internacional do Trabalho), agência das Nações Unidas que tem por missão promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade, porém, não é isso que se encontra no cenário econômico, em Santo Antônio de Jesus, em tempos de desemprego estrutural, a população local também enfrenta as conseqüências da globalização, com a exclusão de parcela significativa da população decorrentes das exigências de qualificação e de níveis educacionais elevados.

Sobre a utilização de fogos de artifício no mundo, há registros de seu uso desde a antiguidade, com a descoberta do salitre, uma das matérias primas que, juntamente com o carvão e o enxofre, compõem a pólvora. Inicialmente, foi usado na China para comunicação: os sinais de fumaça e o barulho serviam para dar avisos de alerta ou, com fins místicos, para espantar maus espíritos. A concepção de fogos com cores ocorreu, no século XIV, na Itália, durante um festejo religioso. Devido à beleza,

o artefato foi incrementado e aperfeiçoado em outros países, e, já no século XVII, tornou-se tradição o uso de fogos de artifícios em datas religiosas e comemorativas.

O uso de fogos no Brasil remete a utilização de comemoração a manifestações, no Nordeste, o seu uso identifica-se desde o período colonial. Sabendo-se que, atualmente, o Brasil ocupa o segundo lugar em produção de fogos de artifício, no mundo, atrás apenas da China. Dessa forma, cabe à cidade de Santo Antônio do Monte, em Minas Gerais, o papel de maior produtor nacional. Nessa região, a indústria pirotécnica, atende à legislação para o exercício da atividade e, ademais utilizam-se tecnologia moderna e elevado padrão de produção, embora essas qualificações possam ser relativizadas, conforme aponta Souza (1995).

No recôncavo da Bahia, a atividade pirotécnica abrange quase a totalidade, com destaque primeiro para Santo Antônio de Jesus e, logo, para cidades como Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, D. Macedo Costa, Governador Mangabeira, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, São Felipe, São Felix, Sapeaçu e Varzedo. Destacam-se, também, outras regiões, como a Costa do Dendê, nos municípios de Laje, Teolândia, Wenscelau Guimaraes, entre outros. Segundo a Associação dos Produtores de Fogos de Artifício de Santo Antônio de Jesus – ASFOGOS –, a produção pirotécnica atinge, nos dias atuais, mais de 50 mil toneladas de fogos de artifício. Sabe-se também que a produção ocorre na ilegalidade e também na clandestinidade, com traços marcantes de informalidade, correspondendo a uma organização que constitui uma rede de produção inter-relacionada, que envolve o trabalho domiciliar feminino.

O presidente da Associação de Fogos, Fabio Mota Quadros, que é também produtor, relata sua vivência fogueteira e afirma que a produção de fogos, nos idos dos anos de 1950, era comandada pelo Sr. Juvenal Moreira Tupinambá, nos meados do século XX, sistematiza que já existia produção de fogos de artifício, introduz novos produtos, estabelecendo novas relações na atividade pirotécnica e expandindo a atividade para outras cidades do Recôncavo, a exemplo de Santo Antônio de Jesus. O mesmo já possuía uma fábrica em Nazaré das Farinhas:

[...] Com 16 anos uma pessoa me chamou: venha bater umas cobrinhas. Cobrinha naquela época era o auge, esse camarada trabalhava pra Tupinambá e ai conversei com Hilário, hoje com 92 anos e ainda faz fogos, e falei que queria trabalhar pra Tupinambá ai Hilário falou com ele [...] ele falou, mas é menor de idade, Hilário disse mas é responsável. Ai trabalhei por 20 anos. Ele trazia material para toda região: Muniz Ferreira, Nazaré, Lage, São

Miguel das Matas, Cruz das Almas, São Felipe [...] (**ENTREVISTA:** Fábio M. Quadros, Produtor, Presidente da ASFOGOS 17.jan.2012).

Naquele momento, a organização fogueteira centrava-se em Nazaré e em Muniz Ferreira, mas Santo Antônio era a detentora desse produto com um mercado muito bom (Fabio Quadros, Presidente da ASFOGOS), em um momento histórico, em que estava se tornando polo regional. Fabio Quadros ainda afirma que a produção:

Ocorre o ano todo, por que senão, não dá conta da demanda. Agora, se fossem capitalizados, tem um período que a produção é baixa, de janeiro a março, mas, se fôssemos capitalizados, dava pra estocar e vender na hora certa. Mas por que a gente sobrevive? Porque o mercado tem os atacadistas, que eles têm facilidade com a matéria-prima e eles fazem o quê? Abarganha, ele passa o material, recebe o produto e dá o restante, um cheque pra trinta, sessenta dias, e vai enrolando. O problema também é financeiro (**ENTREVISTA:** Fábio Quadros, Presidente da ASFOGOS, 17.jan.2012).

As atividades pirotécnicas da região foram, ao longo do tempo, detidas por Santo Antônio de Jesus, onde se constituiu uma configuração espacial em rede, com fogos de artifício, tendo o município se tornado o principal núcleo produtivo da região.

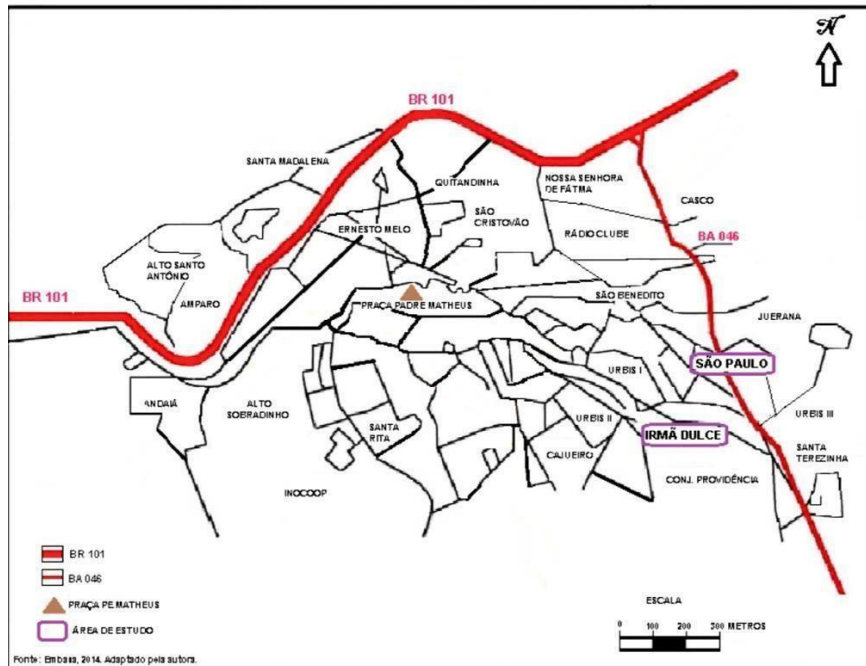
A fabricação de fogos de artifício, que em Santo Antônio de Jesus é centenária, fortaleceu a ideia de que o município é destaque no domínio da produção pirotécnica. Apesar do destaque no cenário nacional dos seus produtos, a fabricação de fogos de artifício era caracterizada pelo elevado grau de informalidade, tanto na produção, como na gestão dos negócios típico de empresas “fundo de quintal”, onde possuíam grande índice de relação familiar na confecção dos fogos, além do desconhecimento e descumprimento das legislações estabelecidas pelas leis de Segurança, Medicina do Trabalho e Preservação do Meio Ambiente. Com a falta de capacitação dos produtores, que quase sempre são mulheres e crianças e o risco da atividade, já que usavam substâncias altamente perigosas, sem nenhuma proteção, culminou em um dos mais trágicos acidentes do País.

2 A TRAGÉDIA E A DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

Denomina-se território fogueteiro o espaço geográfico que se desenvolve atividades inerentes a pirotecnia quanto a produção, a distribuição e a comercialização de fogos de artifício. As atividades pirotécnicas da região foram, ao longo do tempo, monopolizadas pela cidade de Santo Antônio de Jesus, onde se constituiu uma configuração espacial em rede, com fogos de artifício, tendo o município se tornado o principal núcleo produtivo da região.

No território fogueteiro de Santo Antônio de Jesus era comum visualizar as mulheres nas calçadas, trabalhando com suas crianças. O traque, na cidade, é produzido na periferia, nos bairros Santa Madalena, Rádio Clube, Cajueiro, Calabar, invasão do Derba, porém concentrava-se em dois bairros: Irmã Dulce e bairro São Paulo.

Figura 1: Santo Antônio de Jesus, bairros: Irmã Dulce e São Paulo



Fonte: Embasa (2014). Mapa elaborado pela autora Sônia Marise Rodrigues, 2015.

A grande demanda de produção imersa de precariedade, informalidade e clandestinidade resultou em uma tragédia de enormes proporções, no final da manhã do dia 11 de dezembro de 1998. Ocorreu uma explosão em uma das fábricas clandestinas de fogos de artifício, no município de Santo Antônio de Jesus, localizada especificamente na Jueirana, no bairro Irmã Dulce. A tragédia teve como consequência, a morte de adultos e crianças, totalizando 64 (sessenta e quatro) pessoas mortas, entre mulheres e crianças. A tragédia descortinou um mundo de trabalho “invisível”, “oculto”, para muitos na cidade. O desnudamento do cenário, dessa realidade camuflada da indústria pirotécnica, mostrou a fronteira tênue entre a legalidade e a clandestinidade no âmbito da produção de fogos de artifício no município, como relata o senhor Jailton de Jesus, envolvido na tragédia:

Ninguém nunca teve carteira assinada, ninguém nunca teve INSS pago, ninguém nunca teve nenhuma garantia, ninguém nunca recebeu, é... tipo, indenização por trabalhar nas fabricas de quando ele saia, isso nunca aconteceu, então era uma coisa meio clandestina, não tinha nada de órgão fiscalizando nem de nada ali as pessoas é... trabalhando de uma forma profissional, não, nunca houve isso. (**ENTREVISTA:** Jailton De Jesus, irmão de vítima 02. Agosto. 2020)

Nesse cenário, haviam agentes influenciadores, que faziam com que as pessoas que tiveram suas vidas perdidas e seus corpos mutilados se submetessem a todos os riscos que ali estavam presentes, como dificuldade de acesso as escolas, a pobreza em massa, a marginalização das pessoas que residiam nos bairros periféricos, o que muitas vezes impedia que muitos conseguissem empregos dignos nos comércios, tendo em vista que a maioria ou até mesmo todas as pessoas que trabalhavam na produção de fogos eram oriundas de bairros periféricos da cidade de Santo Antônio de Jesus. Sem opção para outros tipos de trabalho, elas retiram complemento para sustentar a família dessa atividade:

Daqui, desse serviço, que eu tiro meu dinheiro para ajudar nas despesas da casa. Já procurei outros trabalhos, mas eu não tenho estudo e não acho outro serviço... Até então, o que eu vivo mesmo é do traque. Dele que me ajuda e não deixa faltar pão na mesa. É pouco, mas eu vou me distraíndo e ganhando meu dinheirinho. (**ENTREVISTA:** Trabalhadora, 38 anos, 08. jan. 2020).

Desigualdades sociais e econômicas, problemas de infraestrutura e vulnerabilidade social são aspectos que caracterizam a periferia da cidade de Santo Antônio de Jesus. Ao caminhar pelas ruas dos bairros Irmã Dulce e São Paulo onde residiam a maioria das pessoas envolvidas na tragédia, percebe-se que o labor das mulheres e das crianças ocorre com a atividade fogueteira. As atividades com a produção de fogos foram a principal possibilidade de renda, tendo em vista que muitos moradores da região não conseguiram empregos no centro da cidade por sofrerem um certo preconceito por residirem nestes bairros. Nitidamente, as crises econômicas do país refletem no crescimento da cidade e, conseqüentemente, os problemas advindos da ampliação das desigualdades sociais e dos rebatimentos nos territórios têm o quadro socioterritorial do município como mecanismo propulsor para o exercício da atividade fogueteira clandestina.

É perceptível até os dias atuais que o bairro Irmã Dulce e o bairro São Paulo se caracterizam pela pobreza em sentido amplo: da pobreza material à pobreza educacional, passando por questões de falta de infraestrutura, sobretudo de saneamento básico, essencial para a saúde da população. É exatamente perante a situação de pobreza que o capital, a partir da informalidade, torna o trabalho precário, especialmente, em áreas periféricas, pois estes, afinal, são territórios vulneráveis:

Como eu te disse antes, a realidade de todos praticamente era a mesma, ninguém tinha condições financeiras boa ali naquele lugar, então na verdade

todo mundo dependia daquele trabalho, daquela fábrica de fogos, pra poder comprar alimento, pra poder é vestir seus filhos, enfim, pra poder se manter... até por que se elas tivessem uma situação financeira boa não estaria ali dentro daquela fábrica de fogos, por certos, estaria em outro local não é? mas é aquela coisa como eu te falei, e torno a repetir novamente, não era uma situação financeira boa pra ninguém, a fábrica naquele momento até então era o único lugar e o único meio de renda que todo mundo tinha pra sobreviver. (**ENTREVISTA:** Jailton de Jesus, irmão de vítima 02. Agosto. 2020)

Desse modo, os bairros, Irmã Dulce e São Paulo caracterizam-se pela predominância de pessoas com baixos níveis de escolaridade e, conseqüentemente, com baixa renda. Há também a prevalência de problemas de ordem estrutural, o que produz e aumenta o trabalho informal, de forma domiciliar, tornando precária e arriscada, a confecção dos fogos:

[...]60% na verdade da população do bairro trabalhava dentro de suas casas, uma parte trabalhava na fábrica e outras partes trabalhavam dentro de casa, uns trabalhava por conta própria, outros trabalhavam por que os próprios donos da fábrica era quem fornecia todos os matérias para que fosse feito em suas casas a fabricação desses traques de bater e os estalos de riscar como a gente chamava.” (**ENTREVISTA:** Jailton de Jesus, irmão de vítima 02. Agosto. 2020)

Nesse sentido, Singer (2003, p. 77) afirma que o trabalho informal corresponde ao segmento estagnado da população excedente, a população ativa com ocupação irregular é que oferece ao capital, trabalho disponível a ganhos mínimos. A produção de traque cria territorialidade nas calçadas, nos cômodos das casas, enfim, nos lares santantonienses e definem o trabalho domiciliar: tempo profissional e espaço residencial fundem-se nos bairros Irmã Dulce e São Paulo. “Se não fizer traque, não tem o que comer. Morre de fome, minha fia, Para pôr na mesa o pão, dou graças a Deus por ter o traque” (Trabalhadora, 32 anos, 18.jan.2021).

As necessidades básicas da população de uma cidade são satisfeitas mediante a valorização do espaço habitado por ela. Portanto as políticas públicas não chegam aos bairros mais pobres da cidade. Eles ficam sem infraestrutura, sem saneamento básico, os investimentos para educação e saúde quando existem são baixíssimos.

Portanto, Vitte (2009, p. 91), traz uma definição de qualidade de vida como o grau de bem-estar individual e em grupo, determinado pelas necessidades básicas da população. Acredita-se que, para que uma população tenha boa qualidade de vida, deve-se haver também a satisfação das necessidades básicas de sobrevivência.

Segundo a autora, Vitte (2009, p. 97):

As paisagens urbanas constituem, então, elemento representativo da qualidade de vida. Acessibilidade, fluidez, limpeza, iluminação e qualidade das edificações, o tamanho das residências, a presença de áreas verdes e a disponibilidade de serviços básicos são indicativos de grau de satisfação das necessidades básicas.

Não havendo a satisfação dessas necessidades básicas, também não pode haver desenvolvimento, porque o desenvolvimento antes de qualquer coisa tem relação com a qualidade de vida. Desse modo, é possível observar os agentes anteriores que possivelmente influenciaram para que muitos tivessem suas vidas perdidas naquela explosão, não era somente uma fábrica clandestina, sem fiscalização, segurança e trabalho digno, era a falta de opção, de oportunidade, era a marginalização das pessoas que residem nos bairros periféricos, era o preconceito que lhes tiravam e tiram a chance de uma vida melhor.

Após o drama vivenciado pelos familiares das 64 pessoas que morreram na explosão do dia 11 de dezembro de 1998, o município ficou conhecido também como a “Terra do Fogo.” Porém, nomenclaturas a parte, nestes anos, o que se percebe é que muitas pessoas continuam na produção informal, trabalhando em suas casas, garagens ou tendas, onde recebem o material e estocam na própria moradia. Essa utilização clandestina, sem o mínimo de segurança se torna uma “bomba relógio”, onde a qualquer momento pode acontecer explosões que poderão levar a morte de um contingente maior de pessoas, pois esses lugares são próximos a outras residências.

A fabricação de fogos de artifício que em Santo Antônio de Jesus é centenária, fortaleceu a ideia de que o município, localizado na região do Recôncavo Baiano é destaque no domínio da produção pirotécnica. Apesar do destaque nacional dos seus produtos, a fabricação de fogos de artifício era caracterizada pelo elevado grau de informalidade, tanto na produção como na gestão dos negócios típicos de empresas “fundo de quintal,” onde possuíam grande índice de relação familiar na confecção dos fogos, além do desconhecimento e descumprimento das legislações estabelecidas pelas leis de Segurança, Medicina do Trabalho e Preservação do Meio Ambiente. Com a falta de capacitação dos produtores, que quase sempre são mulheres e crianças e o risco da atividade já que usavam substâncias altamente perigosas, sem nenhuma

proteção, culminando em um dos mais trágicos acidentes do país, que atingiu fatalmente suas vítimas. Apesar da ideia violenta que se tem do bairro onde ocorreu a tragédia, é percebido também na comunidade grande número de trabalhadores honestos, pais e mães de família que viram amigos e familiares terem seus caminhos interrompidos pela tragédia.

Apesar do incidente, as atividades de produção de fogos continuaram em pleno vapor, seguindo a mesma relação de trabalho, clandestino, informal, precarizado. Assim se passam anos e anos, sem haver nenhuma medida dos órgãos competentes sobre o trabalho pirotécnico clandestino da cidade. A produção de fogos de artifício encontrava-se, no território fogueteiro, em plena ascensão, mesmo com acidentes envolvendo essa atividade. Os trabalhadores seguem fabricando fogos de artifício em grande escala, e o trabalho das mulheres, enrolando traque, intensificava-se. A tragédia de 11 de dezembro, na Juerana, trouxe à tona um universo quase que oculto da imensa maioria das pessoas em Santo Antônio de Jesus, na Bahia, no Brasil e também no mundo. A tragédia e seus desdobramentos evidenciaram a necessidade de uma nova organização em torno da atividade pirotécnica.

3 IMPACTOS E MUDANÇAS PÓS TRAGÉDIA

É importante ressaltar também que atualmente em nosso estado há uma preocupação no que tange ao disciplinamento do fabrico de fogos de artifício visando proteger e conscientizar as comunidades envolvidas vez que, de um modo geral, as ocorrências de acidentes e explosões interferem na vida destas, não apenas dos fabricantes como também das famílias vizinhas que estão obrigadas a conviver junto ao perigo ocasionado pelo manuseio de produtos explosivos criando situações problemáticas enfrentadas em diversos municípios. Santo Antônio de Jesus no recôncavo baiano é a cidade de maior densidade populacional da referida região sendo considerada polo comercial e o maior centro de fabricação e distribuição de fogos de artifício, aglutinando a produção de outros doze municípios que desenvolvem

essa atividade há mais de um século. A forma de produção sempre foi artesanal envolvendo numerosas famílias da zona urbana e rural dos vários municípios do recôncavo.

A cidade de Santo Antônio de Jesus é um polo comercial situado às margens da BR 101, fato que contribuiu para um crescimento desordenado, principalmente na periferia com uma população oriunda da zona rural, analfabeta em sua grande maioria, e com algum conhecimento do fabrico artesanal de fogos, motivo facilitador para absorção de mão-de-obra barata inclusive a infantil, tornando-se assim o gerador de renda para diversas famílias. A maioria das famílias envolvidas no processo produtivo recebia a matéria prima e trabalhavam em suas próprias casas recebendo pagamento por unidades produzidas o que contribui para o envolvimento de todas da família inclusive as crianças, essas pessoas não tem consciência dos riscos a que estão expostas e mesmo os que a tem, minimizam-na pela necessidade de sobrevivência.

Santo Antônio de Jesus é uma cidade que a periferia é notoriamente muito carente. Esses fatores proporcionaram o comercio de fogos de artifício que certamente surgiu da iniciativa de pessoas que se aproveitam da mão de obra barata para a fabricação dos seus artefatos. E de acordo com Conceição Santana, a produção de fogos de artifícios em Santo Antônio de Jesus se mantém ainda assim de forma clandestina e mesmo sendo considerado um dos maiores produtores de fogos de artifício do país, o município de Santo Antônio de Jesus sempre manteve este setor econômico na clandestinamente onde os poderes públicos e instituição competentes não estavam atentos e fiscalizando esta atividade que provoca graves danos humanos que esta clandestinidade poderia ocasionar. Como relata o senhor Jailton, em entrevista:

Como eu relatei na frente eu te digo, e não foi um só, aconteceu vários, a cidade de Santo Antônio já houve vários acidentes relacionados a essas explosões em fábrica de fogos que não levou ao nível que foi aquele, mas houve muitos, houve muitos. Muitas vidas sem ser aquelas de 64 pessoas que estavam ali naquele dia, antes em outros acidentes que aconteceram muitas pessoas já perderam suas vidas, outros tem os seus corpos com deformações devido ao que aconteceu em acidentes antes[...]
(ENTREVISTA: Jailton De Jesus, irmão de vítima 02. Agosto. 2020)

Após a ocorrência de acidentes que resultaram em amputações de dedos e mãos de trabalhadores envolvidos na atividade em suas próprias residências, os

fornecedores de matéria prima (grandes fabricantes) começaram a instalar pequenas fábricas, mas, sem as mínimas condições de segurança o que contribuiu para a ocorrência de acidentes de maior porte, seguidos de óbitos. Com o aumento da produção e do consumo no período dos festejos juninos e festas de final de ano, houve também um aumento no número de unidades produtivas “fábricas” clandestinas que registraram um dos maiores acidentes, a tragédia de 11 de dezembro, ocorridos em fábrica de fogos no país.

A história revela que uma comunidade jamais será a mesma após um desastre de grande porte, as mudanças ocorreram tanto na sua estrutura econômica quanto social, No entanto a mensuração é sempre dos prejuízos econômicos. Após o acidente, a sociedade civil impactada pela ocorrência passou a perceber de forma tênue a vulnerabilidade em relação à segurança e saúde no município. Mesmo sabendo que a atividade clandestina na fabricação de fogos existe a mais de um século e que sempre ocorreram mortes e mutilações em consequência de explosões em pequenos e médias fábricas, a percepção da população era a de que os riscos eram inerentes à atividade e que as mortes eram “naturais ou fatalidades”.

Em contrapartida, diante do constante risco de acidentes neste setor, em julho de 2001, o Ministério Público do Trabalho, visando o cumprimento das normas de segurança em vigor, levou as empresas a assinarem um Termo de Ajustamento de Condutas (TAC), obrigando-as a realizar alterações nos barracões. Embora um incêndio ou uma explosão se propaguem com facilidade entre os barracões, a distância mínima entre eles continua desrespeitada. A exceção cabe a uma única empresa, mas esta só se adaptou às normas depois de ter quase todos os barracões destruídos, em uma explosão que resultou na morte de quatro trabalhadores, em agosto de 2002. As demais argumentam que essa exigência legal teria alto custo financeiro. Pode-se afirmar que, com poucas exceções, cada santantoniense tem um parente, amigo ou conhecido que trabalha na indústria de fogos. Quando um acidente ocorre numa fábrica, ele mobiliza praticamente toda a cidade, pois uma explosão é ouvida a grandes distâncias. As pessoas afluem para socorrer as vítimas ou prestar outras ajudas na situação de sinistro, como no caso da tragédia de 11 de dezembro.

O contato com os trabalhadores pirotécnicos evidencia as angústias, medos e tensões que rondam seu ofício. Isso começa pela questão do desemprego, nas

entressafas, como já comentamos acima. Acrescente-se o clima autoritário das gerências, que cala os sujeitos, com medo de demissão, caso reivindicarem melhores condições de trabalho e de segurança, relativa especialmente aos acidentes súbitos. O trabalhador não sabe se vai voltar para casa, no final do dia, diante do perigo no manuseio do material explosivo. Por isso, ele vive num “suspense”.

Sobre os riscos e acidentes de trabalho, Dwyer (1989, 1994), Silva (1998), Llory (1999) e Jardim (2001) defendem que o seu estudo não pode restringir-se a dados quantitativos, relativos, por exemplo, ao cálculo dos riscos ou ao número de vítimas. Com efeito, é preciso investigar as relações intra e extramuros das empresas. Para Rigotto (1998), se a saúde humana está cada vez mais ameaçada por riscos industriais e ambientais, torna-se às vezes difícil, nas pesquisas epidemiológicas e de saúde pública, separar os ambientes intra e extrafabril. Observe-se ainda que as análises dos acidentes não podem limitar-se ao chamado fator humano, descuido, imperícia, cansaço, problemas psicológicos, etc, de modo a responsabilizar ou culpabilizar o trabalhador, no caso de um desastre. Entendemos que o viver “em suspense”, relativo ao estado permanente de risco, é também sinônimo de sofrimento psíquico ou mental, pois o sofrimento é desencadeado por fatores diversos e simultâneos: medo de acidentes súbitos e graves, instabilidade no emprego, baixos salários, frequentemente pagos em atraso, intensificação do ritmo e condições precárias de trabalho, arbitrariedades da gerência, tudo isso levando a pesadas cargas físicas e psíquicas de trabalho.

Depois da ocorrência da grande explosão de 11 de dezembro, com vítimas fatais no primeiro momento e muitos feridos gravemente, a população percebeu a fragilidade dos órgãos de saúde onde o único hospital não dispunha de leitos para queimados nem pessoal especializado para o primeiro atendimento aos afetados, tão pouca atenção básica em saúde mental aos familiares das vítimas, como relatou em entrevista o senhor, Jailton:

Olha bem, apoio psicológico ao qual nós recebemos, foi de amigos, de pessoas, de familiares que permanecem vivos, de amigos que eram próximos, enfim e de pessoas que usaram como solidariedade e vieram ne daquele apoio moral psicológico das pessoas, assim, mas por outra forma não. (**ENTREVISTA:** Jailton de Jesus, irmão de vítima 02. Agosto. 2020)

A luta pela sobrevivência faz com que o risco seja minimizado. E, a ausência de uma política de prevenção com uma presença maior do estado e envolvimento comunitário faz com que os cenários para os próximos desastres estejam sempre prontos, já que os prejuízos sociais não são mensurados, pois gestão pública só tem preocupação com os danos materiais e prejuízos econômicos. A ausência de fiscalização do poder público era nítida, notado pelos trabalhadores da fábrica, como diz o senhor Jailton em entrevista:

Olha nunca houve, desde que eu me lembro, eu nunca vi ninguém chegar pra inspecionar, a exemplo que trabalhava crianças, crianças de idade de 9, anos, 8 anos de idade, 11 anos, 10 anos, eu por exemplo comecei trabalhar dentro dessas fabricas de fogos com 11 anos de idade, então eu via muitas crianças trabalhando e nunca houve negócio de fiscalização, nem de poder público, nem de ninguém dentro das fábricas inspecionando ou fiscalizando o que estava acontecendo ali. Usando até esse termo, era uma coisa do tipo salve-se quem puder. **(ENTREVISTA: Jailton de Jesus 02. Agosto. 2020)**

Infelizmente mesmo após a explosão, a atividade não cessou, pois a tomada de consciência atingiu apenas extratos da sociedade, incluindo-se a Igreja, Sindicatos, Ministério Público, Sebrae e Governo do Estado através da Secretaria do Trabalho ação Social e Esporte/Defesa Civil e Secretarias de Industria e Comercio e Educação. No entanto apesar de uma mudança de postura frente a atividade clandestina, o governo construiu um complexo de galpões para instalação de fábricas, inseriu o município no programa de erradicação do trabalho infantil e construiu a primeira escola de pirotecnia do país.

A tomada de consciência veio corroborar a verdade de que nenhuma sociedade será mais a mesma após a ocorrência de um crime de grande porte, e que mudanças ocorrerão para melhorá-la ou torná-la mais vulnerável, felizmente as mudanças ocorridas alteraram as perspectivas, e estão surgindo alternativas para que a população e os órgãos públicos interfiram dentro de uma ótica processual para redução dos riscos. As famílias, os sobreviventes e envolvidos na tragédia nunca mais foram os mesmos, sempre vão carregar o trauma e o sofrimento consigo, são marcas que o tempo não pode apagar e são vidas que não podem ser trazidas de volta e o senhor Jailton relata em entrevista:

Até hoje ninguém mais se restabeleceu, a vida das pessoas, principalmente dos familiares das vítimas nunca mais foram a mesma, eu tiro pela minha mãe, minha mãe nunca mais foi a mesma pessoa que ela era antes e as outras pessoas que eu conheço ali daquele bairro, conheço muitos filhos que perderam suas mães, muitas mães que perderam seus filhos, não é? enfim, a vida das pessoas ela mudaram completamente e até hoje pra te ser sincero querida, as pessoas ainda tentam se restabelecer, sabe, até hoje eles ainda estão lutando para se restabelecer, por que a verdade é uma marca que ela nunca mais vai sair né, uma marca que nunca mais vai sair, é... ficou pra sempre e todo 11 de dezembro essa data é relembrada e as pessoas ainda elas lembram disso como se fosse hoje, como se fosse os dias de hoje, muitas ainda choram, por exemplo, minha mãe ainda chora a morte da minha irmã, até o dia de hoje. (**ENTREVISTA:** Jailton de Jesus, irmão de vítima 02. Agosto. 2020)

Além dos impactos pós tragédias foi notório a necessidade de mudanças e melhorias na cidade de Santo Antônio de Jesus, dentre essas melhorias houve a participação da Coordenação Estadual de Defesa Civil, em audiências públicas promovidas pelo Ministério Público tendo por objetivo a revisão do Decreto Estadual nº 6.465 de 09/06/1997 que aprovou a regulamentação do fabrico, comércio e uso de fogos de artifício no estado da Bahia. Desenvolveu-se ações em parceria com a Secretaria da Industria Comércio e Mineração para a construção do Condomínio Fênix que abrigou preliminarmente 04 fábricas de fogos de artifício. Em relação a conscientização, para discutir e traçar diretrizes acerca de normas preventivas e educativas ao comércio e uso de fogos, promoveu-se um Fórum Estadual sobre fogos de artifícios para as Comissões Municipais de Defesa Civil e, capacitou técnicos para atuarem em shows pirotécnicos através de curso de reciclagem de BLASTER, e lançou e distribuiu a cartilha “Fogos de Artifício na Bahia” contendo orientações e normas de segurança para a comercialização de fogos de artifício. O Projeto Fênix buscou parcerias com órgãos públicos, organizações civis e entidades religiosas, à procura de soluções tanto para os produtores quanto para os trabalhadores. O Serviço brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) fomentou ações e cursos profissionalizantes, além de treinamentos de segurança, com o intuito de orientar os produtores a legalizarem a produção pirotécnica para o produtor sair da clandestinidade. Nesse contexto, uma das preocupações era a aplicação do regimento trabalhista e o atendimento às normas de segurança para a produção de fogos de artifício. Em suma, o SEBRAE traduzia uma política pública que tinha, em seu bojo, como diretriz regulamentar, legalizar e revitalizar a atividade pirotécnica e propiciar desenvolvimento para toda a comunidade em aspectos sociais e

econômicos, buscando o desenvolvimento integral do município (SEBRAE, 2003). O Condomínio Fênix teve um investimento orçado em torno de três milhões de reais, não contabilizados o terreno e a estrutura física onde se instalou. Ao final, mesmo com o empenho dos segmentos da sociedade envolvidos na proposta, o projeto não teve êxito.

O Projeto Fênix foi criado com o objetivo de agregar os trabalhadores que estavam em condição de trabalho clandestino e de oferecer ao trabalhador condições de produzir e de vender de forma regular. Mas a Secretaria de Indústria e Comércio do Estado não deu atenção aos pequenos e médios produtores. (**ENTREVISTA:** Ailton J. Santos, Coordenador do Polo Sindical. Setembro.2012).

A avaliação sobre o fracasso do condomínio e ressalta que o grande equívoco foi o modelo implantado no condomínio Fênix. No propósito de servir a muitos com a formação de empresas, formaram-se grupos que ou continham membros que não eram produtores ou o eram, mas tinham divergências de natureza diversa, ausência de afinidades empresarial e comercial. Essa situação resultou num erro gerencial que culminou no fracasso do projeto. Uma das integrantes do Movimento 11 de Dezembro faz sua avaliação sobre o projeto:

Em 1998 foi aquela tragédia que morreu 64 pessoas, onde muita gente se aproveitou, ficou rico em cima da costa da gente, porque foi pra Minas Gerais em cima do choro da gente, fizeram um projeto, e o governo pagou a construção do projeto, e a gente chorando... Quem não tinha nada se beneficiou, foi buscar recurso com o governo, veio o elefante branco, o projeto Fênix não conseguiu resolver nada, e a gente até hoje nunca viu nada... A ajuda que a gente teve foi do povo, das freiras, do padre italiano [...]. O projeto Fênix foi só pra correr dinheiro pro bolso de quem já tinha. Não serviu pra nós mulheres, pra nossos filhos, pra ninguém aqui da periferia. (**ENTREVISTA:** Ex-fogueteira, 57 anos, 20. Fevereiro.2021).

Em paralelo contrapondo-se ao projeto Fênix, após a tragédia de 11 de dezembro de 1998, foi criado em 1999, o Movimento 11 de Dezembro. Formado por familiares das vítimas e, por sobreviventes do incidente, com apoio de entidades religiosas e de instituições civis quanto à criação e à estruturação do mesmo, com o objetivo de buscar justiça social, sobretudo para os órfãos e direitos trabalhistas. Seus integrantes vivem, até os dias atuais, em luta constante por reparação. Mesmo

passados tantos anos, uma mãe que perdeu a filha na explosão fala, com muito enternecimento, sobre o contexto das fogueteiras:

Depois da tragédia a gente fazia caminhada no dia 11 de cada mês. E aí foi fundado o Movimento 11 de Dezembro, que nos deu força e união pra lutar contra os que ganham dinheiro com os fogos. O Vardo [referindo-se a Osvaldo Prazeres Bastos, grande produtor, proprietário da tenda que explodiu sempre lucrou e tem poder e dinheiro pra fazer o que quer, mas com o movimento a gente teve apoio e força pra lutar. O movimento tem de ser assim mesmo, de luta... Tem desunião, mas eu estou satisfeita, porque o movimento serviu pra ajudar a lutar pela justiça, que demora, mas queira Deus não vai faltar. Quando aconteceu o acidente, nós, por sermos pobre, não tinha a quem recorrer... A nossa ajuda foi da igreja, e o Padre Luiz foi buscar recurso na Itália; chegou aqui, perguntou pra todas as mães do movimento se a gente queria a creche ou o dinheiro, que ele dividia o dinheiro que tinha conseguido. Nós pedimos a creche, pra nossas crianças ter onde ficar, e a gente ir buscar trabalho em outras coisas fora dos fogos. Ele tinha um terreno e, com o dinheiro, fez essa creche, e é aqui que eu e muitas mulheres trabalhamos e continuamos na luta [...] (**ENTREVISTA:** Ex-fogueteira, funcionária da Creche 11 de Dezembro, 03. Fevereiro. 2015).

Uma integrante do Movimento que perdeu uma irmã, afirma que, embora tenha havido desleixo nos campos jurídico e governamental, a comunidade obteve conquistas a partir dos esforços e ações do 11 de Dezembro. Exemplo disso é a criação da Creche 11 de Dezembro, fundada com o apoio de uma instituição religiosa e de ONGs de direitos humanos.

O Movimento 11 de Dezembro e a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos abriram um processo contra a União em âmbito Federal. O juiz do Tribunal da Justiça Federal determinou, por meio de uma liminar, que o Exército pagasse uma pensão, no valor de um salário mínimo, para cada criança órfã. Ademais do processo, houve denúncia para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que abriu o caso, em maio de 2002, e solicitou informações sobre as ações do governo brasileiro de antes, durante e depois da explosão. Os petiçãoários, além do Movimento 11 de Dezembro foram as seguintes entidades: Fórum de Direitos Humanos de Santo de Jesus, Polo Sindical, Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa da Bahia, Comissão de 81 Direitos Humanos da Câmara Federal, ONG Justiça Global e Rede Social de Justiça Global.

Para a geração de emprego e renda através das políticas de apoio ao trabalhador no município foram desenvolvidas ação como, realização de cursos de qualificação profissional para trabalhadores e pequenos empreendedores. Concessão

de financiamento para micro e pequenos empreendedores, qualificação de trabalhadores familiares das pessoas vitimadas pela explosão nas ocupações de pedreiro e instalador polivalente, implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) beneficiando inicialmente crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 15 anos atendendo 534 famílias.

Em relação a área da saúde, em parceria com o Governo Federal foi construído o Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus com proposta de alteração do projeto original, pois, sua concepção foi anterior à tragédia e, portanto não priorizaram uma área especializada no atendimento a queimados. Os grandes hospitais de Salvador aumentaram o número de leitos bem como capacitou equipes para atendimento a emergências a queimados, e dentro da proposta de capacitação e formação de mão-de-obra especializada o Governo do Estado através da Secretária de Educação em convênio com o Ministério da Educação criou o primeiro curso técnico em pirotecnia no Brasil, e a escola precisará de autorização do Exército Brasileiro para o seu pleno funcionamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões que foram realizadas durante esta pesquisa se relacionam e concluem que nenhuma sociedade será mais a mesma após a ocorrência de um desastre de grande porte, pois os impactos que num primeiro momento é de tragédia tomam a seguir desdobramentos que visam trazer mudanças não só a comunidade local e sim a toda uma região, estado, nação ou universo de nações, pois a implementação da mudança faz-se necessária.

A tragédia da fábrica de fogos em Santo Antônio de Jesus provou que a fabricação de fogos não mata, o que mata é a vulnerabilidade dos locais de trabalho e a incapacidade de percepção do risco por parte dos trabalhadores, o que mata é a busca do lucro e a falta de cumprimento das normas de segurança bem como o descaso assassino com este grupo de trabalhadores, descaso esse que é uma exclusividade de um sistema social perverso, que só é solidário e clama por mudanças quando ocorrem acidentes de grandes proporções com um número elevado de vítimas fatais, portanto cabe ao Sistema Nacional de Defesa Civil, atuar de forma preventiva, e não apenas nas ações de resposta pouco eficientes apenas na ocorrência quando das ocorrências calamitosas é deixando o cenário sempre pronto para um novo desastre. A ocorrência de desastres no Brasil não se dá por falta de legislação e sim pela não aplicabilidade das leis existentes, bem como pelo não aperfeiçoamento das mesmas, e é por esta não aplicabilidade que muitas tragédias ocorrem, em exemplo, a que estou me propondo a analisar, sabendo-se também que pela não aplicabilidade da lei muitas famílias envolvidas na tragédia ainda não receberam suas indenizações, o caso ainda não foi dado o veredito final e seus responsáveis ainda não foram julgados.

O poder público, ao vedar os olhos novamente para problemas inerentes à atividade pirotécnica, desresponsabiliza-se da busca de soluções para acolher os trabalhadores informais da pirotecnia de Santo Antônio de Jesus. Se o Projeto Fênix, atendendo às normas de instalação não agregou a produção de fogos, então não seria um discurso político que resolveria tal questão.

A população periférica de Santo Antônio de Jesus era vulnerável a condição de trabalho semiescravo da pirotecnia, e esta situação se mantém até os dias atuais. Embora tenha havido tentativas, as políticas públicas não atenderam às demandas do setor pirotécnico e, conseqüentemente, não prosseguiram com os direitos de cidadania da população nem efetivaram os mesmos. Em decorrência da falta de responsabilidade do setor público para com trabalhadores fogueteiros, não há, atualmente, implementação de políticas públicas, no município, voltadas para essa atividade. Por outro lado, o Movimento 11 de Dezembro desponta e dá voz às vítimas da tragédia. Mobiliza instituições e entidades civis, que se unem ao movimento, na luta por justiça pela tragédia de 1998.

Em decorrência da tragédia, o Exército foi acusado de negligente e condenado a pagar pensão aos filhos das vítimas, por não ter cumprido o papel que lhe é competente, a saber: cuidar da permissão, fiscalização, distribuição de empresas de atividade pirotécnica, em virtude de essa atividade utilizar material de risco, os quais são de seu controle.

Cabe ressaltar que muitas mudanças ocorreram após a tragédia, mas muitas marcas foram deixadas, marcas que nem mesmo o tempo pode apagar. Muitos sobreviventes e familiares de falecidos carregam a dor e as cicatrizes do 11 de dezembro de 1998, mesmo conseguindo se restabelecer financeiramente e materialmente, a dor da perda está sempre presente em suas vidas e os traumas psicológicos são reais.

É nesse sentido que deve ser recolocada em pauta a discussão sobre regulamentação e profissionalização da atividade volta a produção de fogos. Deve-se, ademais, implementar políticas públicas para beneficiar os trabalhadores que se submetem a essa atividade de risco, visando a sua proteção, garantia de direitos e seu desenvolvimento, tendo em vista estratégias de inclusão social, equidade no acesso aos recursos sociais e a realização da justiça territorial. A produção de fogos em Santo Antônio de Jesus é predominante e denomina-se como produto de relações conflituosas, com forças desiguais de poder.

Estou certa de que esta pesquisa possibilitará a participação de outros pesquisadores, pois este trabalho colabora para a riqueza bibliográfica da história regional e local de Santo Antônio de Jesus e não se encerra aqui, mas sim configura-se como um estudo coletivo. Fatos históricos que marcam o social e o econômico de uma determinada região não podem ser esquecidos, desse modo a minha produção acadêmica tem o papel de resguardar a memória da tragédia de 11 de dezembro de 1998 que impactou Santo Antônio de Jesus, provocou mudanças e até os dias atuais faz parte dos traumas carregados ao longo da vida, dos envolvidos.

ENTREVISTAS

Jailton de Jesus Santos. Entrevista 1. Realizada por Geisa Ferreira da Silva.

Anônimo, 38 anos. Entrevista 2. Realizada por Geisa Ferreira da Silva.

Anônimo, 57 anos. Entrevista 3. Realizada por Geisa Ferreira da Silva.

Anônima, 32 anos. Entrevista 4. Realizada por Geisa Ferreira da Silva.

Ex-fogueteira e funcionária da creche. Entrevista 5. Realizada por Sônia Marise.

Ailton Santos. Entrevista 6. Realizada por Avana Reis Gonçalves Cavalcante.
Fábio quadros. Entrevista 7. Realizada por Avana Reis Gonçalves Calvacante.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ASSOBRAPI. Associação Brasileira de Pirotecnia, 2012. Artigos. Disponível em: <https://www.assobrapi.com.br>. Acesso em 20 de nov. de 2020.
- ANDRADE, Márcia. **Qualidade de vida da população periférica do Bairro Irmã Dulce em Santo Antônio de Jesus-BA**. 2003.

BENJAMIN, Walter. **O Narrador**. In: BENJAMIN, Walter. Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993. P. 197-221.

BLOGDOVALENTE. Explosão de Fogos em Santo Antônio de Jesus. 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TQZ1-DqVlt0>. Acesso em: 20 de nov. de 2020.

BOMFIM, M. V. P. **A Rede urbana do recôncavo e seu funcionamento técnico**. Salvador: UFBA, 2006. Dissertação de Mestrado

DFPC. Exército Brasileiro: Exército Brasileiro - Comando Logístico. Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados, 2019. Documentos. Disponível em: <https://www.dfpc.eb.mil.br>. Acesso em 20 de nov. de 2020.

DWYER, T. **Acidentes do trabalho: em busca de uma nova abordagem**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 19-31, 1989.

_____. **Uma concepção sociológica dos acidentes do trabalho**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, Belo Horizonte, v. 22, n. 81, p. 15-19, 1994.

FRANÇOIS, Etienne. **A fecundidade da história oral**. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaina. Usos & Abusos da história oral. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

JARDIM, S. R. **Ética e saúde mental do trabalhador: a legitimidade do transtorno de estresse pós-traumático relacionado ao trabalho**. In: MORAES, T. (Org.). Ética e psiquiatria forense. Rio de Janeiro: Ipub, 2001. p. 57-84.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo, Editora da Unicamp, 1996.

LLORY, M. **Acidentes industriais: o custo do silêncio: operadores privados da palavra e executivos que não podem ser encontrados**. Rio de Janeiro: MultiMais, 1999.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. Publicações. Disponível em: <http://www.oit.org.br>. Acesso em 20 de nov. de 2020.

PEDRÃO, F. **Recôncavo, um estudo social regional**. Disponível em:. Acesso em: fev. 2015.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Projeto História, nº 14, São Paulo, fevereiro/1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS. Página inicial. Disponível em: <http://www.prefeiturasaj.ba.gov.br>. Acesso: em 20 de nov. de 2020.

QUADROS, Fábio. **Fábio Quadros: depoimento** [jan. 2012]. Entrevistadora: Avana Reis Gonçalves Cavalcante. Salvador, 2012. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Fogos de Artifício de Santo Antônio de Jesus-BA. Entrevista concedida ao TCC: Fogos De Artifício Que Não Iluminam Reportagem Sobre A Morte De 64 Pessoas Em Uma Fábrica Clandestina De Fogos De Artifício Em Santo Antônio De Jesus.

RIGOTTO, R. M. **Saúde dos trabalhadores e meio ambiente em tempos de globalização e reestruturação produtiva**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, v. 25, n. 93/94, p. 9-20, 1998.

SANTANA, Conceição. **A inserção e situação dos menores fogueteiros na Indústria de fogos de Santo Antônio de Jesus**. 2001.

SANTOS, Jailton de Jesus. **Jailton de Jesus Santos: depoimento** [ago. 2020]. Entrevistadora: Geisa Ferreira da Silva. Santo Antônio de Jesus-BA, 2020. Irmão de uma das vítimas da tragédia. 1 arquivo .mp3 (30 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita neste artigo.

SANTOS, Ailton. **Ailton Santos: depoimento** [set. 2012]. Entrevistadora: Avana Reis Gonçalves Cavalcante. Salvador-BA, 2012. Coordenador do Polo Sindical, Entrevista concedida ao TCC: Fogos De Artifício Que Não Iluminam Reportagem Sobre A Morte de 64 Pessoas Em Uma Fábrica Clandestina de Fogos De Artifício Em Santo Antônio de Jesus

SEBRAE. **Aspectos legais para a para a implantação de indústrias de fogos de artifício**. Salvador: SEBRAE/BA, 2003.

SIGER, P. **Força de trabalho e emprego no Brasil**. Caderno CEBRAP, S.Paulo: CEBRAP, n. 3, 1991.

SOUZA, M. J. L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimentoll**. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C. & CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TAL, Fulana de. **Entrevista**. [jan. 2021], Entrevistadora: Geisa Ferreira da Silva. Santo Antônio de Jesus-BA, 2021. Trabalhadora de 32 anos. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita neste artigo.

_____. **Entrevista**. [jan. 2021], Entrevistadora: Geisa Ferreira da Silva. Santo Antônio de Jesus-BA, 2021. Trabalhadora de 38 anos. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita neste artigo.

_____. **Entrevista.** [jan. 2021], Entrevistadora: Geisa Ferreira da Silva. Santo Antônio de Jesus-BA, 2021: Ex-fogueteira, 57 anos. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita neste artigo.

_____. **Entrevista.** [fev. 2015], Entrevistadora: Sônia Marise. Santo Antônio de Jesus-BA, 2015: Ex-fogueteira, funcionária da Creche 11 de Dezembro. Dinâmica Socioespacial Da Produção De Fogos De Artifício Em Santo Antonio De Jesus-Ba: Território Fogueteiro.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral/** Paul Thompson; tradução Lólio Lourenço de Oliveira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VITTE, Claudete.C.S. Keinert, Tânia M. M. **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, 312.